

Brasília começa a dar nome às ruas

Carmen Cruz

Se na cidade dos desenraizados os padrões do individualismo são mais fortes que em muitos outros grandes centros, a própria cidade parece querer se libertar da rotina dos números, ordenados, e dos pontos cardeais que a compõem. Tudo para ser mais simples. As ruas vão ganhando nomes, a exemplo da Entrecadira 107/108 Sul que é chamada de Rua da Igrejinha quando Brasília nem era Brasília. Alguns quarteirões também já são identificados pelos seus bares e por outras atividades comerciais.

É como se a população fosse, aos poucos, refazendo a cidade, a partir da utilização de pontos de referência — lojas comerciais, igrejas, relógios, escolas — para amenizar a nomenclatura abstrata e racional imposta pelos seus criadores. Mais prático, o novo código tem o poder de facilitar a vida daqueles que, diariamente, correm de um lado para outro, na busca de uma relação mais saudável com a cidade em que trabalham e moram. Pesquisa recente, feita pelo departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, mostra que o brasiliense lançou mão da "memória visual" para identificar vários pontos da cidade, o que é comum nas pequenas cidades, em formação.

De acordo com a professora Lia Zanotta, do departamento de Antropologia da UnB, este código "tradicional" que surge em meio a uma nomenclatura abstrata ganha mais força em Brasília porque na cidade não há nenhuma individualização e nem princípio concreto. Além da Rua da Igrejinha, lembrou Lia Zanotta, a nomenclatura popular vem, há muito, marcando locais como a Rua da Cobal, na 310/311 Sul, a Rua do Elefante Branco, na 908 Sul, a Rua do Panelão, entre outros.

Referências — Lia Zanotta não acredita, entretanto, que este código tradicional venha invalidar as referências anteriores com números e letras e que dificultam a leitura da cidade. "As duas formas caminharão juntas, produzindo uma nova identidade para Brasília", afirmou. Particularmente, a antropóloga acha o código tradicional melhor mas reconhece que ele tem uma certa provisoriedade. "A referência assim, meramente visual, implica em uma possibilidade de perda do referencial, como o fechamento de um determinado resta-

rante, o desabamento de um edifício ou de uma ponte", justificou.

Quem nasce em Brasília visualiza a cidade com suas superquadras, mas quem chega encontra dificuldades para entendê-la, sobretudo as que andam à pé e tomam ônibus já que aqueles que circulam de carro a sinalização auxilia.

Enquanto nas cidades pequenas que se formam, a memória visual aparece antes da configuração histórica, em Brasília ela certamente não aponta este caminho. Segundo o próprio urbanista Lúcio Costa, é muito mais simpático que as pessoas dêem nomes às ruas como acontece com a Rua do Ceub ou a Rua da Igrejinha do que colocar nomes de generais ou políticos. "Quanto mais espontânea a relação das pessoas com a cidade melhor", afirmou.

Para o urbanista, a identificação de várias quadras e ruas com nomes populares de referência próxima até poderia indicar o aparecimento de uma cultura local, "mas no sentido de uma cultura ainda rasteira. A cidade não precisa desses favores, já que possui densidade suficiente para ter carga cultural própria, independente dessa contribuição pitoresca que surge".

Cultura — A antropóloga Lia Zanotta diz que Brasília já tem raízes culturais, e a busca que o brasiliense empreende para a obtenção de códigos e referências que o coloquem mais próximos da cidade pode ser um componente deste processo. "A cultura brasiliense é um pouco essa simbólica da modernidade, o contraste entre o novo e o tradicional, a história dos pioneiros e a própria construção de Brasília" explica a professora, lembrando que a cultura local está muito vinculada a novas seitas, à mística, à procura do interior.

Segundo ela, como foi feita por "desenraizados", Brasília faz suas novas gerações serem mais individualistas, com maior possibilidade de mudanças, mais preparadas para os rearranjos sociais. "Por outro lado, os laços familiares não sendo tão fortes, as amizades não tão antigas todos ficam mais expostos, mais frágeis, sem o apoio que é comum nos problemas de família" afirmou. "É por isso que em Brasília as relações de trabalho são tão profundas", justificou a antropóloga, para quem a cidade, há muito, é também uma cidade.

CARLOS SILVA



Os restaurantes ajudam na mudança dos nomes

CARLOS SILVA



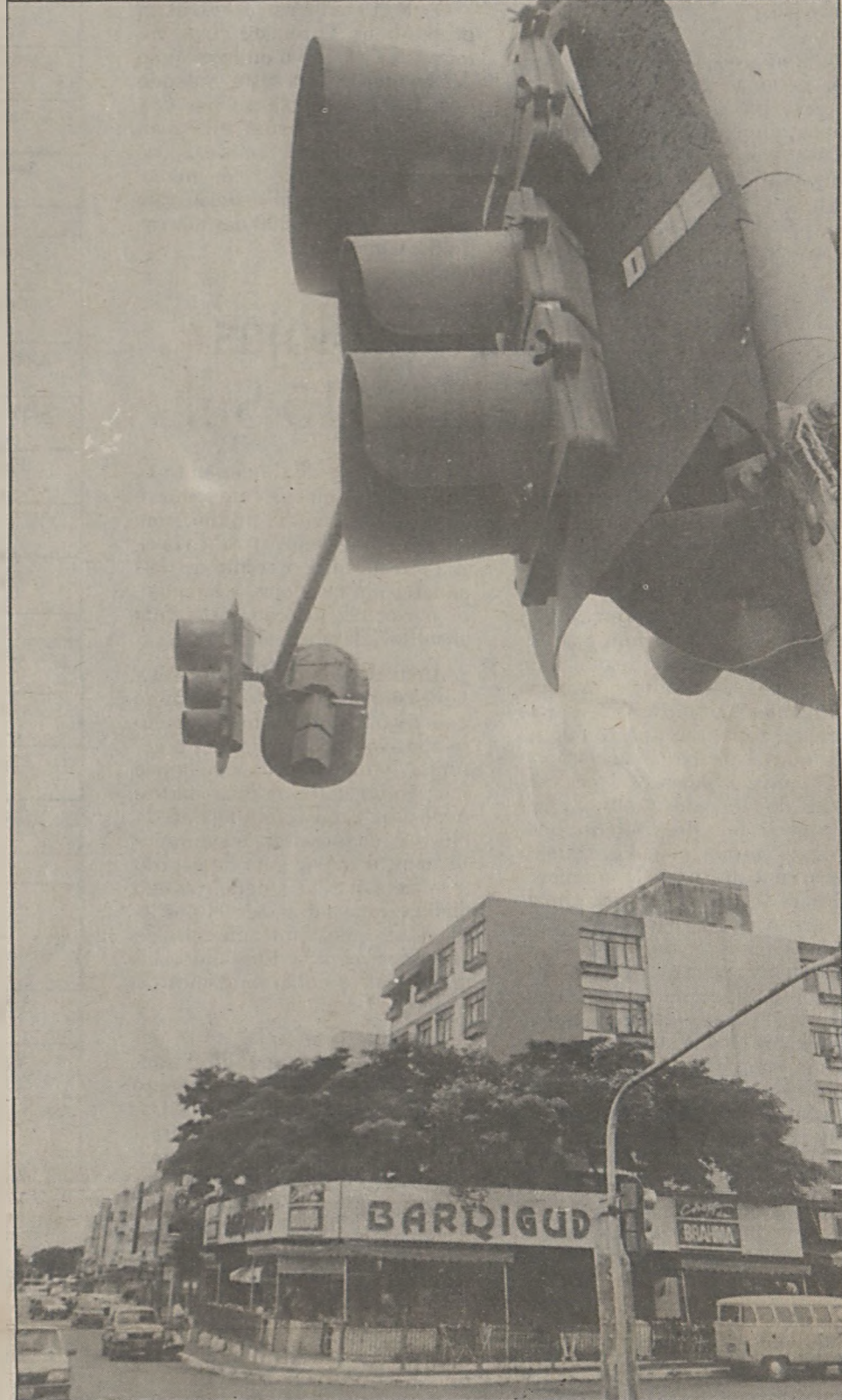
Em frente à Igrejinha, a tradicional rua

ANTONIO CUNHA



O comércio já virou referencial da quadra

FOTOS: CARLOS SILVA



A universidade, que fica ao lado da entrecadira, dá nome à "Rua do Ceub"



A Rua da Igrejinha foi uma das primeiras a ganhar nome e ficou conhecida por causa da Igreja de Fátima

Igrejinha já é uma marca registrada

A Rua da Igrejinha é a mais antiga. Havia apenas a capelinha construída antes da inauguração da cidade, quando as duas primeiras superquadras — 107 e 108 Sul — começaram a sair da prancheta. Surgiu o comércio local com a loja Pernambucanas, a Casa das Meias, O Globo, a Dom Bosco Pizzas, a Salada Paulista, onde hoje funciona um banco, entre outras. Nas quadras residenciais foram morar senadores, deputados e outros funcionários públicos.

O comerciante Ney Carneiro, dono da Casa das Meias, lembra que entre os fregueses assíduos daquele comércio local estavam Ranieri Mazilli, Ulysses Guimarães e José Bonifácio de Andrada. "A Festa dos Estados era feita aqui na Rua da Igrejinha, que sempre foi Rua da Igrejinha. O primeiro comércio hoje é tradição" declara Ney Carneiro, presidente licenciado do Sindicato do Comércio Varejista de Brasília. Para a proprietária da loja O Rei dos Queijos, Maria José Melo Rodrigues, da mesma quadra, apesar de tradicional, a Rua da Igrejinha não ajuda muito na hora das vendas. "Os turistas que visitam a Igrejinha de Fátima nunca utilizam o comércio local que deveria ser incluído no roteiro turístico também".

Rua das Farmácias — Não tão antiga mas tão conhecida como a Rua da Igrejinha, a Rua do Distrital ou a Rua das Farmácias, como é chamada a CLS 102, favorece o consumidor de medicamentos por aglutinar uma dúzia de farmácias. E sair de uma entrar na outra. A rua dos remédios fica em frente ao antigo Hospital Distrital de Brasília, hoje Hospital de Base.

Segundo o cabeleireiro Antonio Vieira da Silva, 52 anos, do Salão Concorde, só às vezes as pessoas falam em Rua das Farmácias. "Desde que estou aqui, há mais de 12 anos, a rua é chamada de Rua do Distrital, por causa do antigo nome do hospital". Ali, entre outras, estão a Drogaria Santa Mônica, a Planalto (uma homeopática e outra halopática), a Metrópole, a Vison, a Distrital e a São José, além das homeopáticas Única, Dom Bosco e a Dias da Cruz.

Noivas — Outro local que vem sendo popularizado pelo nome que identifica a atividade comercial predominante é a Quadra das Noivas, na CLN 105, onde há nada menos que seis casas especializadas em aluguéis e confecções de roupas para noivas. Só a estilista Terezinha Pereira, da Brasília Noivas possui três lojas na quadra. "Todos fa-

lam na quadra das noivas e a concentração de lojas ajuda nas vendas" garante.

Um dos corredores mais frequentados pelos boêmios brasilienses, a entrecadira 706/707 Norte que dá acesso ao Centro de Ensino Unificado de Brasília e todos os bares do quarteirão — passou a ser chamado de Rua do Ceub. "Ninguém sai para vir ao Aspone, ao Barrigudo ou ao Picanhas. As pessoas saem para viva à Rua do Ceub e ficam no bar que tiver lugar ou música melhor" justifica o garçom do Aspone, João Batista, há vários meses naquela rua. O maior frequentador do Aspone, segundo ele, é o estudante do Ceub, mas um grande número de pessoas sem vínculo com aquela faculdade contribui para o movimento.

Restaurantes — O mesmo não acontece com a Rua dos Restaurantes, ou a Entrecadira 404/405 Sul, onde as mais diversas cozinhas se auxiliam mutuamente numa concorrência indireta, beneficiando até outros ramos do comércio ali instalados. Mais de 20 restaurantes, entre eles o Florentino, o Rua Principal, o chinês Fon Min, o Texas Restaurante (peixes) o Pappardelle, o Fritz, o Le Français, o Recanto Goiano e o Intervalo, todos tradicionais na cidade.

À POPULAÇÃO DO DF

Os trabalhadores do Governo do Distrito Federal (Fundações, Autarquias, Administração Direta e várias de suas empresas) estão em Campanha Salarial, coordenada pela Central Única dos Trabalhadores — CUT.

Nesta Campanha, nós, trabalhadores, buscamos reposição das perdas salariais de mais de 300 por cento, vigência de direitos conquistados anteriormente, unificação das datas-bases em 1º de maio, um Regime Jurídico Único baseado na proposta da CUT e assinatura dos Acordos Coletivos.

O Diário Oficial do DF publicou, em 17 de agosto de 1990, a Lei nº 119 que tornou estatutários todos os trabalhadores ligados ao GDF. Assim, adotou como RJU a Lei 1.711, editada no ano de 1952, que à época, tornou-se a Lei do funcionalismo público federal.

A adoção pura e simples da Lei 1.711 deu-se de maneira autoritária e intempestiva, já que a iniciativa foi tomada à revelia de uma discussão com os principais interessados, os servidores do GDF.

Esta Lei, em que pese trazer alguns benefícios, por ser editada em 1952, deixa de registrar uma série de conquistas alcançadas através de muitas e sofridas lutas, ao longo de todos esses anos, sendo, obviamente, omissa até quanto a avanços garantidos no Artigo 8º da Constituição de 1988, que se refere à autonomia e liberdade de organização sindical.

Hoje, o governo do DF é eleito e tem, portanto, compromisso com toda a comunidade. No entanto, vem atentando contra os direitos de cerca de 80 mil servidores, procurando ignorar a legitimidade de seus sindicatos representativos e negando-se a assinar novos Acordos Coletivos amparando-se, justamente, no fato de a 1.711 ser omissa quanto a essas questões.

A verdade é que, ao tempo em que se utiliza da lacuna legal para prejudicar, não adota benefícios expressos na mesma 1.711, sob o argumento de que aqueles carecem de regulamentação.

Desta forma, nós, trabalhadores, passamos a ter muitos deveres e quase direito algum. O Governo do Distrito Federal tenta ignorar o preceito constitucional que garante aos servidores públicos e empregados de empresas governamentais organizarem-se livremente, sem a interferência do Estado. A legislação sindical fascista, criada pela ditadura do Estado Novo, foi abolida. **OS TRABALHADORES É QUE DECIDEM COMO QUEREM SE ORGANIZAR.**

Dos nossos sindicatos, alguns têm até 13 anos de existência e luta. Estão aí muito antes dos governantes que agora querem, por decreto, acabar com a representatividade conferida às nossas entidades, conquistada não por decretos, mas pela organização e luta dos trabalhadores.

O GDF mudou também, à revelia, a data-base das Fundações para janeiro, mês em que grande parte de nós se encontra em férias coletivas, mês de economia em compasso de espera, ignorando a reivindicação histórica da data-base unificada em 1º de maio. Some-se a todos esses problemas a defasagem salarial de 33 por cento (até fev/91) que nos atinge.

Contra tudo isso, nós nos manifestamos. Não é correto que um governo eleito democraticamente adote uma política de confronto e de ataque aos direitos de seus trabalhadores.

Estamos todos juntos. Sindicatos da área da educação, da saúde, dos transportes, social, da cultura, da segurança, da administração direta, autarquias e das empresas na Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores do GDF.

O Distrito Federal conquistou sua autonomia política e elegeu, pela primeira vez, seu Governador e sua Câmara Legislativa. É preciso que este governador, por uma firme decisão política, traga soluções financeiras, políticas e administrativas para seus servidores.

Como todos os trabalhadores deste país, amargamos um momento de arrocho, recessão, miséria e fome. Contra esta situação estaremos participando da construção de uma Greve Geral Nacional.

Alertamos a população: é de inteira responsabilidade do GDF os rumos que o Movimento Unificado for obrigado a tomar, pois estamos como sempre estivemos, abertos ao diálogo e à negociação. Nosso objetivo não é e nunca foi o confronto. Porém, às vésperas do ano 2.000, não podemos aceitar retrocesso.



UMA ABELHA SÓ NÃO FAZ PRESSÃO

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES-CUT/DF
Sindicato dos Professores, Auxiliares de Ensino, Médicos, Enfermeiros, Odontólogos, Polícia Civil, Rodoviários, Ass. Sociais, Nutricionistas, Arquitetos, Sindser, Sindicatão e Senalba.

CUT